

Estado de Santa Catarina  
**Município de Catanduvas**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0092/2017  
PREGÃO Nº 0073/2017  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0012/2017

O Município de Catanduvas, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua Felipe Schmidt, nº 1.435, Centro, Catanduvas - SC, CEP 89.670-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Exmo. Sr. Dorival Ribeiro dos Santos, torna público para conhecimento dos interessados que, nos termos do Decreto 2.247/2017, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, realizará PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, destinado ao REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa para fornecimento e implantação de placas de sinalização e pintura de faixas de trânsito nas vias e aquisição de lixeiras visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Infraestrutura do Município.

Regem a presente licitação, a Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/93, Lei Complementar nº 123/2006, os Decretos Municipais nº 2.227/2017, nº 1.646/09 e Decreto 2.247/2017 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

**Todos os EDITAIS são construídos e elaborados conforme solicitação das Secretarias e seus respectivos Secretários através dos TERMOS DE REFERÊNCIA. Isentando a Comissão de Licitação incluindo membros, presidente e pregoeiros de qualquer responsabilidade dos objetos solicitados a licitar.**

- Recebimento do envelope de proposta/habilitação e credenciamento: até às 13h30min do dia 08 de novembro de 2017;
- Limite para impugnação ao edital: até às 19h00min do dia 06 de novembro de 2017;
- Início da Sessão Pública do Pregão: às 13h45min do dia 08 de novembro de 2017.

As dúvidas pertinentes à presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações, nos seguintes endereços:

- Telefone: (49) 3525-6529;
- E-mail: [licitacao@catanduvas.sc.gov.br](mailto:licitacao@catanduvas.sc.gov.br);
- Endereço: Rua Felipe Schmidt, nº 1.435, Centro, em Catanduvas, SC, CEP 89.670-000.

## 1 DO OBJETO E DA FORMA DE EXECUÇÃO

### 1.1 DO OBJETO

1.1.1 A presente Licitação tem por objeto o **Registro de Preços** visando eventuais requisições futuras para fornecimento e implantação de placas de sinalização e pintura de faixas de trânsito nas vias e aquisição de lixeiras visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Infraestrutura do Município, conforme descrição no Anexo I.

1.1.2 Todas as despesas necessárias para a correta execução do fornecimento deverão estar inclusas no preço, inclusive frete.

1.1.3 Os produtos/serviços deverão ser de primeira qualidade.

1.1.4 Os produtos/serviços deverão atender aos padrões mínimos de qualidade exigidos no objeto, sendo que aqueles considerados inadequados serão interrompidos e o pagamento da parcela correspondente ficará suspenso, até sua

**Estado de Santa Catarina**  
**Município de Catanduvas**

regularização de forma integral, cujo prazo de reposição, a critério do CONTRATANTE, poderá ser renovado, sem prejuízo da aplicação das penalidades pelo atraso inicial.

**1.1.4.1** Entende-se por produto/serviço inadequado aquele que apresentar-se com inferior qualidade, fora das especificações exigidas, e diferentes do exigido e ofertado.

**1.1.5** O fornecedor responderá, independentemente de culpa, pela reparação dos danos causados ao Município, bem como a terceiros se houver, na forma prevista na Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

**1.1.6** Não será aceito o material/serviço se alguma de suas características for incompatível com a descrição contida no Anexo I deste Edital, qualquer que seja.

## **1.2 DA FORMA DE EXECUÇÃO**

**1.2.1** O sistema de registro de preços deste Município tem como objetivo manter na entidade o registro de propostas vantajosas e, segundo sua conveniência, promover as contratações dos licitantes vencedores do pregão.

**1.2.1.1** A entidade licitante não se obriga a contratar dos licitantes vencedores, podendo realizar licitação específica para a contratação total ou parcial do objeto, hipóteses em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá sempre preferência.

**1.2.2** Havendo a necessidade dos produtos/serviços, este deverá ser realizado com autorização prévia da Contratante, devidamente acompanhado da Nota Fiscal Eletrônica quando for o caso.

**1.2.3** O prazo para entrega/realização dos produtos/serviços será imediato, contados a partir da data do recebimento da Autorização de Fornecimento, e/ou conforme solicitação da Contratante.

**1.2.4** A licitante vencedora deverá fornecer o objeto deste termo de referência em conformidade com as normas técnicas e especificações constantes na Autorização de Fornecimento.

**1.2.4.1** Os produtos deverão ser entregues, de acordo com a quantidade solicitada e nos prazos previstos no presente Edital, no local indicado pelo órgão requisitante.

**1.2.5** Por ocasião do recebimento dos serviços, o órgão requisitante, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, obrigando-se a proponente vencedora a promover a devida substituição.

**1.2.5.1** O aceite dos materiais/serviços não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de qualidade ou vícios técnicos ou ainda por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificados posteriormente.

**1.2.5.2** Caso os materiais/serviços sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

**1.2.5.3** Caberá ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, verificar junto a DETENTORA a capacidade de fornecimento dos materiais solicitados pelo órgão ou entidade aderente.

**1.2.5.4** Caberá a DETENTORA, observadas as condições estabelecidas neste instrumento, optar pela aceitação do fornecimento dos materiais ao órgão ou entidade aderente até o limite de 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados, desde que este fornecimento não venha a prejudicar as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador.

Estado de Santa Catarina  
**Município de Catanduvras**

## 2 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 As despesas para a aquisição dos objetos licitados correrão a conta de dotações específicas do orçamento do Município de Catanduvras para o exercício de 2017.

## 3 DA PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que preencherem as condições de credenciamento e demais exigências constantes deste Edital e seus anexos.

3.2 Não poderá participar empresa concordatária ou que estiver sob regime de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação.

3.3 Será vedada a participação de empresas declaradas inidôneas por Ato do Poder Público de Catanduvras, ou que estejam temporariamente impedidas de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública Municipal ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (inciso III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93).

3.4 Não poderá participar direta ou indiretamente da licitação, servidor, agente político ou responsável pela licitação, na forma do art. 9º, III, da Lei 8.666/93, observadas também, as vedações dos artigos 66, 67 e 68 da Lei Orgânica do Município.

3.4 A participação nesta licitação significará a aceitação plena e irrestrita dos termos do presente Edital e das disposições das leis especiais, quando for o caso.

### 3.5 Da participação das microempresas e empresas de pequeno porte

3.5.1 As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem participar deste certame usufruindo os benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão observar o disposto nos subitens seguintes.

3.5.2 A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, deverá ser comprovada, mediante apresentação da Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa. As sociedades simples, que não registram seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006. A Certidão deve estar **atualizada**.

3.5.3 O documento para fins de comprovação da condição de microempresa e empresa de pequeno porte deverá ser apresentado **fora dos envelopes**, no ato de **credenciamento** das empresas participantes.

## 4 DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

4.1 As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para o fim do recebimento das propostas, no Departamento de Licitações do Município de Catanduvras – SC, situado na Rua Felipe Schmidt, nº 1.435, Centro, CEP 89.670-000. Não será julgado impugnações recebidas via e-mail.

4.2 Caberá à Autoridade Competente (assessoria jurídica) decidir sobre a impugnação no prazo de 02 (dois) dias após o limite de envio de impugnações.

4.3 Em caso de deferimento da impugnação contra o ato convocatório será tomada uma das seguintes providências:  
a) Anulação ou revogação do edital;

Estado de Santa Catarina  
**Município de Catanduvas**

- b) Alteração e republicação do edital, reabertura do prazo de envio de propostas, alteração da data da sessão pública do pregão;
- c) Alteração no edital e manutenção do prazo de envio de propostas e da data da sessão pública do pregão, nos casos em que, inquestionavelmente, a alteração não tenha afetado a formulação das propostas.

## 5 DA PROPOSTA

5.1 A proposta deverá ser apresentada em envelope fechado, preenchida e entregue em cópia física (impresso), gravado em CD, e/ou em arquivo de sistema (gravado em cartão de memória – “pen drive”). O proponente deverá solicitar via email ([licitacao@catanduvas.sc.gov.br](mailto:licitacao@catanduvas.sc.gov.br)) o Arquivo Auto cotação. **O arquivo deverá, necessariamente, ser o nome da empresa e terminar em extensão .COT.**

5.1.1 A proposta propriamente dita deverá ser redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador.

**5.1.1.1 O arquivo gravado em CD, e/ou em arquivo de sistema (gravado em cartão de memória – “pen drive”) deve ficar dentro do envelope de proposta, junto à proposta impressa.**

5.1.2 Fica a proponente responsabilizada pela **ENTREGA DO ARQUIVO DIGITALIZADO** e ciente de que a não apresentação da proposta digitalizada e cópia física implica na **desclassificação do processo**.

5.1.3 O proponente deverá solicitar via email ([licitacao@catanduvas.sc.gov.br](mailto:licitacao@catanduvas.sc.gov.br)) o arquivo digitalizado para cotação. No email solicitando o arquivo digitalizado deverá conter as seguintes informações:

- a) Numero do processo;
- b) Nome Completo da Empresa

5.1.4 No envelope deverão constar os seguintes dizeres:

- Envelope nº 1 – Proposta
- Departamento de Licitações do Município de Catanduvas – SC
- Processo Licitatório n.º 0092/2017 – Pregão n.º 0073/2017
- Nome da empresa e telefone para contato

**5.2 A proposta deverá ser apresentada em arquivo gravado em CD e/ou Pen-Drive, e ressalta-se a importância de SOLICITAR O ARQUIVO VIA EMAIL.**

5.3 A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

- a) nome do proponente, endereço completo, telefone, CNPJ;
- b) número do Pregão;
- c) para cada item que o licitante vier a participar, a descrição do objeto ofertado, em conformidade com o Anexo I, contendo a marca do produto cotado, preço unitário em moeda corrente, qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. No preço proposto deverão estar incluídas, além do lucro, todas as despesas, tributos e custos, diretos ou indiretos, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação;
- d) prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias.

5.4 A proposta de preços deve indicar apenas uma marca para cada item, aquela que indicar duas ou mais marcas será desclassificada do Processo Licitatório.

5.5 A cotação apresentada e levada em consideração para efeito de julgamento será da exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração, seja para mais ou para menos.

Estado de Santa Catarina  
**Município de Catanduvras**

5.6 Não se admitirão propostas com erros significativos, exceto ocorrendo discordância entre o valor em algarismo e por extenso, prevalecerá este último.

5.7 Não serão admitidas propostas somente impressas.

## 6 DA HABILITAÇÃO

6.1 Os documentos para habilitação deverão ser apresentados em envelope fechado, até o horário e data definidos no preâmbulo do edital, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

- Envelope n.º 2 – Habilitação
- Departamento de Licitações do Município de Catanduvras – SC
- Processo Licitatório n.º 0092/2017 – Pregão n.º 0073/2017
- Nome da empresa e telefone para contato

6.2 Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio. **Em caso dos documentos serem autenticados pelo setor, deverá ser apresentado com antecedência de pelo menos um dia do certame para o procedimento de autenticação.**

6.3 O envelope deverá conter os seguintes documentos:

### 6.3.1 Quanto à qualificação jurídica:

- a) registro comercial, no caso de empresa individual (dispensável em caso de apresentação deste documento para o credenciamento do proponente durante a sessão pública);
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais (dispensável em caso de apresentação deste documento para o credenciamento do proponente durante a sessão pública);
- c) documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea “b”, deste subitem (dispensável em caso de apresentação deste documento para o credenciamento do proponente durante a sessão pública);
- d) decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.
- e) Declaração da proponente que atende ao inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, que se refere ao inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, que diz o seguinte: “Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre, aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos” conforme o modelo do Anexo IV.

### 6.3.2 Quanto à regularidade fiscal:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Certidão Negativa da Dívida Ativa da União e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais (administrado pela Secretaria da Receita Federal);
- c) Certidão de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS) (emitida pela Caixa Econômica Federal);
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual através de Certidão (CND) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda do domicílio ou sede do licitante;
- e) Certidão Negativa de Débitos Municipais do domicílio ou sede do licitante;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho).

**Estado de Santa Catarina**  
**Município de Catanduvras**

**6.3.3 Quanto à Qualificação econômico-financeira:**

a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física; com data de emissão inferior a 60 dias da data de julgamento.

**6.3.4 Qualificação técnica, apresentar documentação relativa a:**

a) Prova de registro e/ou visto e quitação da empresa no CREA e/ou CAU, com validade na data limite de entrega da documentação e das propostas. (CERTIDÃO JURÍDICA);

b) Prova de registro e/ou visto e quitação dos responsáveis técnicos CREA e/ou CAU, com validade na data limite de entrega da documentação e das propostas. (CERTIDÃO FÍSICA).

c) Comprovação de aptidão, através de Atestados de Capacidade Técnica, fornecidos por Pessoas Jurídicas de Direito Público ou Privado, que demonstrem ter a sociedade, prestado serviços compatíveis em características, quantidades e prazos semelhantes com o objeto desta licitação.

d) A empresa deverá apresentar declaração constando endereço comprovando que possui sede não mais que 100km (quilômetros) distante do município de Catanduvras.

**7 DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO**

7.1 No horário e data definidos no preâmbulo do edital, o pregoeiro fará a abertura da sessão pública do Pregão, procedendo aos seguintes atos, em sequência:

**Credenciamento (pelo lado externo dos envelopes)**

7.2 O proponente deverá se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro por um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente juntamente com o Termo de Credenciamento, modelo no Anexo III.

7.3. Para fins de gozo dos benefícios dispostos na Lei Complementar n.º 123/2006, os representantes de microempresas e empresas de pequeno porte deverão credenciar-se e apresentar certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DNRC n.º 103/2007 e/ou declaração de enquadramento, em conformidade com o art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, afirmando ainda que não se enquadra em nenhuma das hipóteses do § 4º do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006.

7.4 O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente.

7.5 Não será desclassificada a proposta em função do não credenciamento do proponente, porém o mesmo ficará impedido de participar da etapa de lances ou manifestar intenção de recurso.

7.6 Depois de encerrada a etapa de credenciamento, não serão aceitos novos representantes dos proponentes na sessão pública, salvo na condição de ouvintes, sem poderes para efetuar lances ou manifestar intenção de recurso.

7.7 Os documentos referentes ao credenciamento deverão ser entregues numerados.

**Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (pelo lado externo dos envelopes)**

**Estado de Santa Catarina**  
**Município de Catanduvás**

**7.8** Os proponentes deverão apresentar declaração de que cumprem plenamente os requisitos para habilitação, conforme modelo disponível no Anexo VI.

**Análise preliminar de aceitabilidade das propostas**

**7.9** O pregoeiro procederá à abertura das propostas e fará a análise quanto à compatibilidade do objeto ofertado em relação ao especificado no edital e quanto ao preço inexequível, baixando diligências caso sejam necessárias, e procederá à classificação das propostas para a etapa de lances.

**Seleção das propostas para a etapa de lances**

**7.10** O pregoeiro selecionará as propostas para a etapa de lances obedecendo aos seguintes critérios:

**7.11** O sistema fará a classificação da proposta escrita de menor preço e daquelas apresentadas com valores superiores em até 10% (dez por cento), em relação ao menor preço;

**7.12** Não havendo pelo menos três propostas selecionadas no critério anterior, serão ainda selecionadas as menores propostas, até o limite de três, para a etapa de lances, quaisquer que sejam os preços ofertados.

**Etapa de lances orais**

**7.13** Tendo sido credenciado e a proposta selecionada, os autores poderão manifestar lances orais. O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

**7.14** Os lances deverão ser formulados por preço unitário, em moeda corrente nacional, com duas casas decimais, em valores distintos e decrescentes em relação ao preço do autor.

**7.15** Poderá o pregoeiro estabelecer redução mínima em cada lance, bem como estabelecer tempo máximo para o proponente ofertar seu lance.

**7.16** A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes desse item declinar da formulação de lances.

**7.17** Encerrada a etapa de lances, serão ordenadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.

**7.18** Ocorrendo empate previsto no art. 44, § 2º da Lei Complementar n.º 123/06 será assegurada a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

**7.18.1** Entende-se por empate as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte, iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

**7.18.2** Para fins de desempate, proceder-se-á da seguinte forma:

I – A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II – Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item “7.18.1 – I” serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item “7.18.1” na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

**Estado de Santa Catarina**  
**Município de Catanduvras**

III – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo previsto no item “7.18.1”, será realizado sorteio, entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**7.18.3** Para as situações previstas nos item “7.18” a microempresa e empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

**7.19** O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à obtenção de proposta mais vantajosa ao interesse público.

**7.20** Após a negociação, exitosa ou não, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta, decidindo motivadamente a respeito.

### **Habilitação**

**7.21** O pregoeiro fará a abertura do envelope dos documentos de habilitação do licitante que tenha ofertado o menor lance para o item.

**7.22** Os documentos serão rubricados pelo pregoeiro e pela equipe de apoio e serão anexados ao processo da licitação.

**7.23** Havendo irregularidades na documentação que não permitam a habilitação, o proponente será inabilitado, procedendo, o pregoeiro à habilitação do segundo proponente classificado, e assim sucessivamente em caso de inabilitação dos proponentes.

**7.23.1** Desde que não possibilitem qualquer prejuízo ao Município e aos interessados no certame, é de todo conveniente que compareça à disputa o maior número possível de interessados, para que a proposta mais vantajosa seja encontrada em universo mais amplo.

**7.23.2** O ordenamento jurídico regular da licitação não prestigia decisão assumida pela Comissão de Licitações que inabilite concorrente com base em circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do edital, fazendo exigência sem conteúdo de repercussão para a configuração da habilitação jurídica, qualificação técnica, da capacidade econômica e da regularidade fiscal.

**7.24** A regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

**7.24.1** As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que este apresente alguma restrição.

**7.24.2** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a microempresa ou empresa de pequeno porte poderá requerer a suspensão da sessão pelo prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para regularização dos documentos relativos à regularidade fiscal.

**7.24.3** A não regularização da documentação no prazo previsto no item anterior implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei n.º 8666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

### **Recurso**

**7.25** Habilitado o proponente, o pregoeiro solicitará aos demais credenciados se desejam manifestar interesse em



**Estado de Santa Catarina**  
**Município de Catanduvas**

interpor recurso.

**7.26** Havendo interesse, o proponente deverá manifestar motivadamente sua intenção de interpor recurso, explicitando sucintamente suas razões, cabendo ao Pregoeiro deliberar sobre o aceite do recurso.

**7.27** A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a proponente pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

**7.28** O proponente que manifestar a intenção de recurso e o mesmo ter sido aceito pelo Pregoeiro, disporá do prazo de 3 (três) dias para a apresentação do recurso, limitado às razões apresentadas durante a sessão pública, o qual deverá ser protocolado no Departamento de Licitações de Catanduvas – SC, dirigido à Autoridade Competente. Os demais proponentes ficam desde logo intimados para apresentar as contrarrazões no prazo de 03 (três) a contar do término do prazo do recorrente. A Autoridade Competente manifestará sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis.

**7.29** Encerrado o prazo para manifestação de recurso o Pregoeiro declarará encerrada a sessão pública do pregão.

## **8 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

**8.1** Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos proponentes quanto à interposição de recurso, o Pregoeiro opinará sobre a adjudicação do objeto licitado.

**8.2** No caso de interposição de recurso caberá à Autoridade Competente, após decisão do recurso, opinar pela adjudicação do objeto licitado.

**8.3** A Autoridade Competente homologará o resultado da licitação, convocando o vencedor a assinar o Contrato no prazo de 10 (dez) dias.

**8.4** O Município de Catanduvas, quando o proponente vencedor convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não mantiver as condições de habilitação ou se recusar injustificadamente a assinar o Contrato, retomará a Sessão Pública e convidará os demais proponentes classificados na ordem determinada após a etapa de lances, dando continuidade aos procedimentos da sessão pública, adjudicação e homologação.

## **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**9.1.** Após a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:

a) Será incluído, na respectiva ata, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

b) A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

**9.2.** O registro a que se refere o subitem 9.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos artigos 19 e 20 do Decreto Municipal nº 2.247/2017.

**9.3.** Serão registrados na ata de registro de preços, nesta ordem:

a) Os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a etapa competitiva; e

b) Os preços e quantitativos dos licitantes que tiverem aceito cotar seus bens ou serviços em valor igual ao do licitante mais bem classificado.

**9.4.** Se houver mais de um licitante na situação de que trata a alínea “b”, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

**9.5.** O prazo de validade da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, incluídas eventuais prorrogações,

**Estado de Santa Catarina**  
**Município de Catanduvras**

conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

**9.6.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

**9.7.** A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelos eventuais beneficiários no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da convocação. A proponente que deixar de fazê-lo no prazo estabelecido, dela será excluída.

**9.7.1.** Colhidas às assinaturas, o Município providenciará a imediata publicação da Ata.

**9.8.** A existência de preços registrados não obriga o Município a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

#### **10 DO CONTRATO (Ata de Registro de Preços)**

**10.1.** A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura, conforme previsto no Decreto Municipal nº Decreto 2.247/2017.

**10.2.** A execução do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada pelas Secretarias, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

**10.2.1.** Em caso de adesão à futura Ata de Registro de Preços, o órgão participante deverá designar servidor para o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto.

**10.3** Em caso de adesão à futura Ata de Registro de Preços o Contrato reger-se-á, no que concerne à sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei n.º 8.666/93, observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

**10.4** Em caso de adesão à futura Ata de Registro de Preços o contrato terá validade de 12 (doze) meses e poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela Administração a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

**10.5** As obrigações das partes, forma de pagamento e sanções cominadas são as descritas na Minuta do Contrato constante do Anexo II deste Edital.

**10.6** Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e a proposta apresentada pelo adjudicatário.

#### **11. DA ENTREGA, DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL, DO REAJUSTE E DA REVISÃO.**

**11.1** O Prazo para entrega/realização dos produtos/serviços será conforme o especificado no Termo de Referência, a contar da data de recebimento da Autorização de Fornecimento e consequente assinatura do Contrato.

**11.2** A Comissão disporá do prazo de 02 (dois) dias para conferir o objeto e realizar o pagamento, caso aceito, ou notificar a CONTRATADA, no caso de não aceitação.

**11.3** O recebimento não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do contrato, ficando obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do contrato, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

**11.4** A CONTRATADA tem sob sua responsabilidade todas as despesas funcionais e operacionais necessárias ao

**Estado de Santa Catarina**  
**Município de Catanduvras**

cumprimento do objeto ora contratado, inclusive frete e traslado.

**11.5** O Município de Catanduvras – SC efetuará o pagamento a partir do 12º dia do mês subsequente ao do fornecimento, mediante apresentação da Nota Fiscal eletrônica, quando for o caso, conforme disponibilidade de recursos e observada a ordem cronológica dos pagamentos, nos termos do art. 5º da Lei n.º 8.666/93 e Instrução Normativa Municipal n.º 01/2011.

**11.5.1** Não será aceito boleto e todas as notas fiscais devem conter o nome do Banco, a Agência e o número da conta para depósito.

**11.6** A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser conforme descrito na Ata de Registro de Preço. Ainda, deverá constar, por parte da CONTRATADA, a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do Processo Licitatório.

**11.7** No caso de adesão à Ata de Registro de Preços proveniente deste processo, o órgão participante fornecerá os dados necessários à emissão da Nota Fiscal ou de outro documento fiscal correlato.

**11.8** A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município ou o órgão participante do ressarcimento de qualquer prejuízo para a proponente vencedora.

**11.9** Os preços não serão reajustados.

**11.10** Os preços poderão ser revisados quando houver alteração dos valores, devidamente comprovada, nos termos da alínea “d”, inciso II, do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações, mediante requerimento devidamente instruído, a ser formalizado pela proponente vencedora.

**11.11** O órgão gerenciador fará, periodicamente, levantamento dos preços praticados no mercado visando aferir se os preços registrados apresentam-se vantajosos.

**11.12** Os preços poderão ser revisados quando houver alteração dos valores, devidamente comprovada, nos termos da alínea “d”, inciso II, do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações, mediante requerimento devidamente instruído, a ser formalizado pela DETENTORA.

**11.13** Mesmo comprovada a ocorrência prevista na alínea “d”, inciso II, do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata de Registro de Preços e promover outro processo licitatório.

**11.14** Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

**11.15** Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

**11.16** Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

**11.17** A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

**11.18** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra

**Estado de Santa Catarina**  
**Município de Catanduvras**

antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

**11.19** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

## **12 DAS PENALIDADES**

**12.1** Aquele que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o município de Catanduvras – SC e, poderá ficar impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e poderá ser descredenciada do SICAF, ou outros sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das seguintes multas:

- a) Advertência por escrito
- b) multa de 0,05% (cinco centésimos por cento) do valor do contrato, se já assinado, ou estimado do contrato, se não assinado, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, observado o prazo máximo de 05 (cinco) dias;
- c) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, se já assinado, ou estimado do contrato, se não assinado, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-lo;
- d) Suspensão temporária de participar em licitações e contratar com o Município de Catanduvras – SC, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, observados o disposto nos artigos 86 e seguintes da Lei 8.666/93.

**12.2** Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pelo Município de Catanduvras – SC.

**12.3** Da aplicação das penas caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

**12.4** O recurso ou o pedido de reconsideração relativos às penalidades acima dispostas será dirigido a autoridade que praticou o ato, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

## **13 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**13.1** Os envelopes de habilitação não abertos estarão disponíveis no Departamento de Licitações para retirada por seus respectivos proponentes, no prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato decorrente da licitação. Caso não sejam retirados no prazo estipulado, serão incinerados.

**13.2** Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação ou proposta relativa ao presente pregão.

**13.3** Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital, o licitante que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a abertura dos envelopes. Após este prazo a comunicação que venha a apontar falhas ou irregularidades que o viciaria, não terá efeito de recurso.

**13.4** A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público, decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação

Estado de Santa Catarina  
**Município de Catanduvras**

de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

**13.5** O resultado desta licitação será lavrado em Ata, a qual será assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

**13.6** O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**13.7** No interesse do Município de Catanduvras – SC, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

- a) adiada sua abertura;
- b) alterado o Edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

**13.8** Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da Comarca de Catanduvras – SC, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

**13.9** Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto ao Departamento de Licitações pelo telefone: (049) 3525-6529, de segunda a sexta-feira, das 13h00 às 19h00.

**13.10** Fazem parte deste Edital:

- a) **Anexo I** – Termo de Referência e Especificação do Objeto com Valor Estimado;
- b) **Anexo II** – Minuta da ata de registro de preços;
- c) **Anexo III** – Modelo de Termo de Credenciamento;
- d) **Anexo IV** – Modelo de Declaração de Atendimento à Legislação Trabalhista de Proteção à Criança e ao Adolescente;
- e) **Anexo V** – Comprovante de Retirada do Edital;
- f) **Anexo VI** – Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação;

Catanduvras, SC, 25 de outubro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos  
**Prefeito Municipal**

Francisco Barbosa  
**Assessor Jurídico**  
OAB/SC nº 3.413

Estado de Santa Catarina  
**Município de Catanduvas**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0092/2017  
PREGÃO Nº 0073/2017  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0012/2017

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. INTRODUÇÃO**

1.1. O Termo de Referência em epígrafe tem por finalidade, atender o disposto na legislação vigente concernente às contratações públicas, em especial ao art. 37, inciso XXI da CF/88 e aos dispositivos da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, bem como, normatizar, disciplinar e definir os elementos que nortearão o Processo Licitatório para contratação de empresa para fornecimento e implantação de placas de sinalização e pintura de faixas de trânsito nas vias e aquisição de lixeiras visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Infraestrutura do Município.

**2. DA JUSTIFICATIVA**

2.1. Este Termo de Referência tem por objeto a aquisição de lixeiras para atender a demanda de áreas públicas do município de Catanduvas-SC, favorecendo o correto descarte dos resíduos em pontos específicos e de maior circulação de pessoas nos bairros e áreas centrais, como postos de saúde, escolas, hospital e prefeitura. Além disso, as lixeiras também visam suprir a demanda por ecopontos (pontos de coleta comunitários) de resíduos recicláveis nos bairros do município com o intuito de colaborar com a implantação da primeira etapa da coleta seletiva e cujo recolhimento do material será realizado pela associação de catadores de materiais recicláveis - REICLAVI. Tais aquisições tendem à adequação destes ambientes de forma a proporcionar o atendimento apropriado aos munícipes e transeuntes sempre com o intuito de garantir o adequado gerenciamento dos resíduos sólidos, desde o descarte pelo usuário, concomitantemente com garantia de um ambiente limpo e saudável. Nesse contexto, considerando que algumas lixeiras existentes encontram-se defasadas, as demandas para aquisição basearam-se na necessidade de reposição destas lixeiras que se tornaram obsoletas devido o término de suas vidas úteis (como resultado das más condições de uso e manuseio e pelo fato de estarem expostas a fatores climáticos), além da possibilidade de aumentar o número de lixeiras em pontos de insuficiência das mesmas, ou mesmo incrementando pontos de descarte e coleta, substituindo por lixeiras maiores nos locais de maior geração de resíduos sólidos.

2.1.1 Este Termo de Referência também tem por objeto fornecimento e implantação de placas de sinalização e pintura de faixas de trânsito nas vias do município de Catanduvas, sendo que referente as pinturas faz – se necessário a manutenção das mesmas, e a implantação de placas não existentes , e troca das deterioradas ou deprecadas.

**3. DO OBJETO, VALIDADE E GARANTIA**

3.1. Contratação de empresa para Fornecimento e Implantação de Placas de Sinalização e Pintura de Faixas de Trânsito nas Vias e aquisição de lixeiras visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Infraestrutura do Município.

3.2. A empresa vencedora deverá respeitar todos os termos de garantia e qualidades dos produtos e serviços realizados. Ainda, contra defeitos de fabricação, e apresentação de qualidade inadequada, a reposição ou resolução do problema, pela contratada, deverá ser no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da notificação, podendo ser aplicadas, subsidiariamente, as normas do Código de Defesa do Consumidor.

Estado de Santa Catarina  
**Município de Catanduvras**

3.3. O produto ofertado deverá atender as descrições técnicas e deverá ter garantia mínima de 12 (doze) meses a contar da data de entrega do produto.

**4. ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO:**

4.1. A licitante vencedora deverá fornecer/executar os materiais/serviços deste termo de referência em conformidade com as normas técnicas e especificações constantes na Autorização de Fornecimento.

4.2. A entrega das lixeiras e instalação dos cestos coletores com pedestais dar-se-á da conforme a necessidade da Unidade solicitante mediante aviso prévio e contados 5 dias após assinatura da Nota de Empenho;

4.3. A implantação de Placas de Sinalização e Pintura de Faixas de Trânsito nas Vias deverão ser realizados conforme solicitação das Secretarias, nos locais indicados, devidamente acompanhado da **Nota Fiscal Eletrônica** quando for o caso, sempre que solicitados pelo setor de Infraestrutura e/ou Setor de Compras e Licitações.

4.3.1. O prazo para execução dos serviços será de até 24 (vinte e quatro) horas contados a partir da data do recebimento da Autorização de Fornecimento, e/ou conforme solicitação da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Planejamento.

4.4. Os pontos de instalação das lixeiras com pedestal serão informadas à contratada após a assinatura do contrato. A Prefeitura Municipal de Catanduvras-Sc entregará à contratada uma relação com os locais de instalação.

4.5. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao **Município de Catanduvras**, Rua Felipe Schmidt, n.º 1435, Centro, Catanduvras – SC, CNPJ nº 82.939.414/0001-45, e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, **contendo ainda número do Processo Licitatório**.

**4.6 A empresa contratada deverá fornecer executar os serviços somente quando houver prévia Autorização e/ou Solicitação por parte da secretaria de Infraestrutura, ciente de que o não cumprimento desta obrigação acarretará no não pagamento do suposto débito.**

**4.7.. Os Documentos Fiscais emitidos pelos fornecedores dos produtos/serviços somente serão enviados para o devido empenho desde que acompanhadas de Autorização e/ou Solicitação de fornecimento e/ou prestação de serviços. Logo, fica o fornecedor ciente de que o Documento Fiscal não acompanhado da Solicitação de Compra ou Execução de Serviço não será encaminhado para empenho.**

4.8. Os bens serão recebidos:

a) Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta.

b) Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e instalação dos cestos coletores com pedestais por parte da CONTRATADA, sua consequente aceitação, que se dará em até 2 (dez) dias úteis contados a partir do seu recebimento e instalação.

4.9. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.10. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em coresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

4.11. Quando da entrega, os produtos deverão estar em perfeitas condições, e as embalagens não danificadas.

**Estado de Santa Catarina**  
**Município de Catanduvras**

4.12. Será rejeitado no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com a quantidade, qualidade e demais especificações estabelecidas neste Termo de Referência, ficando a Licitante vencedora obrigada a substituir os materiais recusados no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação, via fax ou correio eletrônico, sem quaisquer ônus a Prefeitura Municipal de Catanduvras-SC e sob pena de aplicação das penalidades previstas na Lei Federal nº. 8.666/1993.

4.13. A Licitante vencedora garantirá a qualidade do material proposto, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou má aparência, imediatamente após a notificação, sem ônus adicional à Prefeitura Municipal de Catanduvras-SC.

4.14. A embalagem deverá oferecer completa proteção ao material em função das condições de armazenamento, acesso, movimentação e manuseio do produto nas dependências do licitante e descarga no local.

4.15. Todos os custos com impostos, taxas, pedágios, fretes e demais despesas que, porventura, ocorrerem serão de responsabilidade da empresa vencedora.

4.16. Os materiais deverão ser entregues, de acordo com a solicitação de fornecimento, no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Catanduvras-SC, situado na Rua Felipe Schmidt, Centro, Santa Catarina-SC E/OU nos locais indicados pela Secretaria Solicitante, mediante agendamento prévio, obedecendo ao horário compreendido entre 13:00 horas e 18:00 horas.

4.17. Se no ato da entrega dos produtos a Nota Fiscal/Fatura não for aceita pela Unidade Solicitante, devido a irregularidades em seu preenchimento, esta será devolvida para as necessárias correções, passando a contar o recebimento provisório a partir da data de sua reapresentação.

## 5. ESTIMATIVAS DE CONTRATAÇÃO

5.1. O objeto a ser adquirido deverá guardar perfeita compatibilização com as especificações, quantidades e condições constantes no Edital, sendo:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	100	PC	Lixeira de madeira plástica reciclável de formato redondo/hexagonal com capacidade 94 litros, com cesto interno de material galvanizado e com suporte de fixação de no mínimo 50 cm de comprimento confeccionados em tubos de aço com diâmetro mínimo de 38 mm e espessura de parede mínima de chapa nº 20	422,00	42.200,00
2	100	PC	Lixeira no formato de cuia com tampa e medidas de 1,00m comprimento x 0,95m largura x 0,95m altura em chapa nº 16 ou nº 18.	879,00	87.900,00
3	296	UN	Fornecimento e implantação de placa de L=25cm PARE (chapa de aço galvanizado a fogo nº18 espessura de 1,25mm, película totalmente refletiva Alta Intensidade, pelo processo de recorte, pintura epóxi no verso da placa com suporte 2" parede de 1,95mm zincado 3,20 m com sistema de fixação antigiro, e acessórios para fixação). Garantia de 7 anos.	244,80	72.460,80



**Estado de Santa Catarina**  
**Município de Catanduvras**

4	1	UN	Fornecimento e implantação de placa de L=33cm PARE (chapa de aço galvanizado a fogo nº18 espessura de 1,25mm, película totalmente refletiva Alta Intensidade, pelo processo de recorte, pintura epóxi no verso da placa com suporte em madeira maciça 8x8cm de Pinus Tratada 3m e acessórios para fixação). Garantia de 7 anos	326,97	326,97
5	2	UN	Fornecimento e implantação de placa de R-6a D=60cm "Proibido Estacionar" (chapa em aço galvanizado a fogo nº18 espessura de 1,25mm, película totalmente refletiva Alta Intensidade, pelo processo de recorte, pintura epóxi no verso da Placa com suporte 2" parede de 1,95mm zincado 3,20m com sistema de fixação antigiro, e acessórios para fixação). Garantia de 7 anos.	270,70	541,40
6	8	UN	Fornecimento e implantação de placa de R-34 D=60cm "Ciclista"(chapa de aço galvanizado a fogo nº18 espessura de 1,25mm, película totalmente refletiva Alta Intensidade, pelo processo de recorte, pintura epóxi no verso da placa com suporte 2" parede de 1,95mm zincado 3,20m com sistema de fixação antigiro, e acessórios para fixação). Garantia de 7 anos.	270,70	2.165,60
7	318	UN	Fornecimento e implantação de placa de R-19 D=60cm "Velocidade 60km/h" (chapa de aço galvanizado a fogo nº18 espessura de 1,25mm, película totalmente refletiva Alta Intensidade, pelo processo de recorte, pintura epóxi no verso da placa com suporte 2" parede de 1,95mm zincado 3,20m com sistema de fixação antigiro, e acessórios para fixação). Garantia de 7 anos.	240,70	76.542,60
8	1	UN	Fornecimento e implantação de placa de R-14 D=60cm "Carga máxima Permitida" (chapa de aço galvanizado a fogo nº18 espessura de 1,25mm, película totalmente refletiva Alta Intensidade, pelo processo de recorte, pintura epóxi no verso da placa com suporte 2" parede de 1,95mm zincado 3,20m com sistema de fixação antigiro, e acessórios para fixação). Garantia de 7 anos.	240,70	240,70
9	1	UN	Fornecimento e implantação de placa de R-4A D=60cm "Proibido Virar a Esquerda" (chapa de aço galvanizado a fogo nº18 espessura de 1,25mm, película totalmente refletiva Alta Intensidade, pelo processo de recorte, pintura epóxi no verso da placa com suporte 2" parede de 1,95mm zincado 3,20m com sistema de fixação antigiro, e acessórios para fixação). Garantia de 7 anos.	240,70	240,70
10	5	UN	Fornecimento e implantação de placa de 60x60cm A-18 "Lombada Local" (chapa de aço galvanizado a fogo nº18 espessura de 1,25mm, película totalmente refletiva Alta Intensidade, pelo processo de recorte, pintura epóxi no verso da placa com suporte 2" parede de 1,95mm zincado 3,20m com sistema de fixação antigiro, e acessórios para fixação). Garantia de 7 anos.	240,70	1.203,50

Estado de Santa Catarina

# Município de Catanduvras

11	5	UN	Fornecimento e implantação de placa de 60x60cm A-18 "Lombada a 100m" (chapa de aço galvanizado a fogo nº18 espessura de 1,25mm, película totalmente refletiva Alta Intensidade, pelo processo de recorte, pintura epóxi no verso da placa com suporte 2" parede de 1,95mm zincado 3,20m com sistema de fixação antigiro, e acessórios para fixação). Garantia de 7 anos.	240,70	1.203,50
12	4	UN	Fornecimento e implantação de placa de 80x80cm A-18 "Lombada a 100m" (chapa de aço galvanizado a fogo nº18 espessura de 1,25mm, película totalmente refletiva Alta Intensidade, pelo processo de recorte, pintura epóxi no verso da placa com suporte em madeira maciça 8x8cm de Pinus Tratada 3m e acessórios para fixação). Garantia de 7 anos.	316,63	1.266,52
13	4	UN	Fornecimento e implantação de placa de 80x80cm A-18 "Lombada Local" (chapa de aço galvanizado a fogo nº18 espessura de 1,25mm, película totalmente refletiva Alta Intensidade, pelo processo de recorte, pintura epóxi no verso da placa com suporte em madeira maciça 8x8cm de Pinus Tratada 3m e acessórios para fixação). Garantia de 7 anos.	316,63	1.266,52
14	8	UN	Fornecimento e implantação de placa de D=80cm "Velocidade de 40 km/h" (chapa de aço galvanizado a fogo nº18 espessura de 1,25mm, película totalmente refletiva Alta Intensidade, pelo processo de recorte, pintura epóxi no verso da placa com suporte em madeira maciça 8x8cm de Pinus Tratada 3m e acessórios para fixação). Garantia de 7 anos.	316,63	2.533,04
15	2	UN	Fornecimento e implantação de placa de D=80cm "Velocidade de 20 km/h" (chapa de aço galvanizado a fogo nº18 espessura de 1,25mm, película totalmente refletiva Alta Intensidade, pelo processo de recorte, pintura epóxi no verso da placa com suporte em madeira maciça 8x8cm de Pinus Tratada 3m e acessórios para fixação). Garantia de 7 anos.	316,63	633,26
16	14	UN	Fornecimento e implantação de placa de 80x80cm A32b "Passagem Sinalizada de Pedestre" (chapa de aço galvanizado a fogo nº18 espessura de 1,25mm, película totalmente refletiva Alta Intensidade, pelo processo de recorte, pintura epóxi no verso da placa com suporte em madeira maciça 8x8cm de Pinus Tratada 3m e acessórios para fixação). Garantia de 7 anos.	316,63	4.432,82
17	1	UN	Fornecimento e implantação de placa de 80x80cm A15 "Parada Obrigatória a Frente" (chapa de aço galvanizado a fogo nº18 espessura de 1,25mm, película totalmente refletiva Alta Intensidade, pelo processo de recorte, pintura epóxi no verso da placa com suporte em madeira maciça 8x8cm de Pinus Tratada 3m e acessórios para fixação). Garantia de 7 anos.	316,63	316,63
18	4	UN	Fornecimento e implantação de placa de 80x80cm A-18 "Lombada Local" (chapa de aço galvanizado a fogo nº18 espessura de 1,25mm, película totalmente refletiva Alta Intensidade, pelo	316,63	1.266,52

			processo de recorte, pintura epóxi no verso da placa com suporte em madeira maciça 8x8cm de Pinus Tratada 3m e acessórios para fixação). Garantia de 7 anos.		
19	83	UN	Fornecimento e implantação de placa de 60x60cm A32 "Passagem Sinalizada de Pedestre" (chapa de aço galvanizado a fogo nº18 espessura de 1,25mm, película totalmente refletiva Alta Intensidade, pelo processo de recorte, pintura epóxi no verso da placa com suporte 2" parede de 1,95mm zincado 3,20m com sistema de fixação antigiro, e acessórios para fixação). Garantia de 7 anos.	244,90	20.326,70
20	1	UN	Fornecimento e implantação de placa de 200x100cm "Atenção Saída de Veículos" (chapa de aço galvanizado a fogo nº18 espessura de 1,25mm, película totalmente refletiva Alta Intensidade, pelo processo de recorte, pintura epóxi no verso da placa com suporte 2" parede de 1,95mm zincado 3,00m com sistema de fixação antigiro, e acessórios para fixação). Garantia de 7 anos.	903,57	903,57
21	1	UN	Fornecimento e implantação de placa aérea de 200x100cm (chapa de aço galvanizado a fogo nº18 espessura de 1,25mm, película totalmente refletiva Alta Intensidade, pelo processo de recorte, pintura epóxi no verso da placa sem suporte). Garantia de 7 anos.	827,90	827,90
22	314	UN	Fornecimento e implantação de placa de 50x20cm "Logradouro" (chapa de aço galvanizado a fogo nº18 espessura de 1,25mm, película totalmente refletiva Alta Intensidade, pelo processo de recorte, pintura epóxi no verso da placa com suporte 2" parede de 1,95mm zincado 3,00m com sistema de fixação antigiro, e acessórios para fixação). Garantia de 7 anos.	222,03	69.717,42
23	12	UN	Fornecimento e implantação de placa de D=75cm "Dê a Preferência + R-33 Sentido de Circulação da Rotula" (chapa de aço galvanizado a fogo nº18 espessura de 1,25mm, película totalmente refletiva Alta Intensidade, pelo processo de recorte, pintura epóxi no verso da placa com suporte 2" parede de 1,95mm zincado 3,70m com sistema de fixação antigiro, e acessórios para fixação). Garantia de 7 anos.	399,72	4.796,64
24	9	UN	Fornecimento e implantação de placa de 60x100cm "Faixa Elevada" (chapa de aço galvanizado a fogo nº18 espessura de 1,25mm, película totalmente refletiva Alta Intensidade, pelo processo de recorte, pintura epóxi no verso da placa com suporte 2" parede de 1,95mm zincado 3,20m com sistema de fixação antigiro, e acessórios para fixação). Garantia de 7 anos.	294,17	2.647,53
25	9	UN	Fornecimento e implantação de placa de 60x100cm "Faixa Elevada 25m" (chapa de aço galvanizado a fogo nº18 espessura de 1,25mm, película totalmente refletiva Alta Intensidade, pelo processo de recorte, pintura epóxi no verso da placa com suporte 2" parede de 1,95mm zincado 3,20m com sistema de fixação	294,17	2.647,53

**Estado de Santa Catarina**  
**Município de Catanduvras**

			antigiro, e acessórios para fixação). Garantia de 7 anos		
26	16	UN	Fornecimento e implantação de placa de 50x70cm "IDOSO" (chapa de aço galvanizado a fogo nº18 espessura de 1,25mm, película totalmente refletiva Alta Intensidade, pelo processo de recorte, pintura epóxi no verso da placa com suporte 2" parede de 1,95mm zincado 3,20m com sistema de fixação antigiro, e acessórios para fixação). Garantia de 7 anos.	274,57	4.393,12
27	16	UN	Fornecimento e implantação de placa de 50x70cm "CADEIRANTE" (chapa de aço galvanizado a fogo nº18 espessura de 1,25mm, película totalmente refletiva Alta Intensidade, pelo processo de recorte, pintura epóxi no verso da placa com suporte 2" parede de 1,95mm zincado 3,20m com sistema de fixação antigiro, e acessórios para fixação). Garantia de 7 anos.	274,57	4.393,12
28	1	UN	Fornecimento e implantação de placa de 50x70cm "Carga e Descarga" (chapa de aço galvanizado a fogo nº18 espessura de 1,25mm, película totalmente refletiva Alta Intensidade, pelo processo de recorte, pintura epóxi no verso da placa com suporte 2" parede de 1,95mm zincado 3,20m com sistema de fixação antigiro, e acessórios para fixação). Garantia de 7 anos.	257,87	257,87
29	14	UN	Fornecimento e implantação de placa de 50x70cm "Estacionamento 45°" (chapa de aço galvanizado a fogo nº18 espessura de 1,25mm, película totalmente refletiva Alta Intensidade, pelo processo de recorte, pintura epóxi no verso da placa com suporte 2" parede de 1,95mm zincado 3,00m com sistema de fixação antigiro, e acessórios para fixação). Garantia de 7 anos.	257,87	3.610,18
30	2	UN	Fornecimento e implantação de placa de 50x70cm "Exclusivo Caminhão" (chapa de aço galvanizado a fogo nº18 espessura de 1,25mm, película totalmente refletiva Alta Intensidade, pelo processo de recorte, pintura epóxi no verso da placa com suporte 2" parede de 1,95mm zincado 3,20m com sistema de fixação antigiro, e acessórios para fixação). Garantia de 7 anos.	257,87	515,74
31	4	UN	Fornecimento e implantação de placa de 50x70cm "Exclusivo Escolar" (chapa de aço galvanizado a fogo nº18 espessura de 1,25mm, película totalmente refletiva Alta Intensidade, pelo processo de recorte, pintura epóxi no verso da placa com suporte 2" parede de 1,95mm zincado 3,20m com sistema de fixação antigiro, e acessórios para fixação). Garantia de 7 anos.	257,87	1.031,48
32	1	UN	Fornecimento e implantação de placa de 60x60cm A45 "Rua Sem Saída" (chapa de aço galvanizado a fogo nº18 espessura de 1,25mm, película totalmente refletiva Alta Intensidade, pelo processo de recorte, pintura epóxi no verso da placa com suporte 2" parede de 1,95mm zincado 3,00m com sistema de fixação antigiro, e acessórios para fixação). Garantia de 7 anos.	249,37	249,37

**Estado de Santa Catarina**  
**Município de Catanduvras**

33	7.122	M²	Pintura manual de faixa de pedestre com tinta acrílica a base de solvente e micro esfera de vidro drop-on.	14,10	100.420,20
34	5.382	M²	Pintura mecanizada de eixo e bordas com tinta acrílica a base de solvente e micro esfera de vidro drop-on	13,50	72.657,00
35	32	UN	Pintura Especial de vaga idoso e cadeirante com tinta acrílica a base de solvente e micro esfera de vidro drop-on.	59,10	1.891,20

5.2. Deverão ser fornecidas as mesmas dimensão e capacidade da proposta vencedora durante toda vigência do contrato.

5.3 . A empresa poderá fazer o croqui das lixeiras e apresentar a Secretaria solicitante antes de confecciona – las, para aprovação.

5.4 Para efeitos de elaboração da proposta, os itens deverão ser apresentados conforme modelo da tabela abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit.	Preço Total

5.5 - A tabela também poderá ser impressa diretamente do sistema

## 6. DA PROGRAMAÇÃO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes do presente Termo de Referência correrão a conta dos recursos consignados nas dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Infraestrutura o ano de 2017.

## 7. FUNDAMENTO LEGAL

7.1. A presente proposição encontra seu fundamento na legislação vigente, em especial da Lei 8.666/93, que dispõe sobre licitações e contratos no âmbito da administração pública.

## 8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Os licitantes interessados deverão apresentar as condições habilitatórias previstas na Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores, bem como as qualificações que dispuser o edital.

8.2. A licitante vencedora do certame se obrigará a efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Contratante, em estrita observância das especificações deste Termo de Referência e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, tipo, procedência e prazo de garantia.

8.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

8.4. Reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer ou refazer, prioritária e exclusivamente á sua custa e risco, num prazo máximo de 2 (dois) dias contados da notificação que lhe for entregue oficialmente, quaisquer vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas e imperfeições nos materiais, decorrente de culpa ou dolo da empresa fornecedora e dentro das especificações do fabricante.

**Estado de Santa Catarina**  
**Município de Catanduvas**

8.5. Comunicar por escrito a Administração, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.

8.6. Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, a respeito da execução do contrato sempre que for necessário;

8.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.8. Acatar as determinações dos responsáveis pelo recebimento e conferência dos materiais.

8.9. Responder pelos danos causados diretamente a Administração Municipal e/ou a terceiros, decorrentes da culpa ou dolo na execução do objeto.

8.10. Abster-se de subcontratar total ou parcialmente o objeto do contrato.

8.11. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução do contrato, inclusive tributos, contribuições previdenciárias, encargos sociais e trabalhistas, fretes, taxas, seguros e quaisquer outras que forem devidas em relação ao fornecimento;

8.12. Fornecer os materiais somente se houver prévia Autorização e/ou Solicitação por parte da Secretaria de Infraestrutura, ciente de que o não cumprimento desta obrigação acarretará no não pagamento do débito.

## **9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

9.1. Responsabilizar-se pela solicitação em tempo hábil, da quantidade dos produtos a serem fornecidos;

9.2. Efetuar o pagamento ao licitante vencedor, quando da sua contratação, de acordo com o preço, os prazos e as condições estipuladas neste Edital.

9.3. Receber provisoriamente o material mediante regular aferição de quantitativos, disponibilizando local, data e horário.

9.4. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos.

9.5. Rejeitar, no todo ou em parte os produtos fornecidos em desacordo com as exigências deste Termo de Referência;

9.6. Notificar o fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos objetos fornecidos, para que sejam corrigidos.

9.7. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pelo fornecedor.

9.8. Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa desempenhar seus serviços;

9.9. Assegurar-se da boa qualidade dos objetos fornecidos.

9.10. Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento contratado, bem como atestar na nota fiscal/fatura a efetiva entrega do objeto contratado e o seu aceite.

9.11. Notificar a contratada, por escrito da aplicação de eventuais penalidades, garantido o contraditório e a ampla defesa, conforme previsto na Lei nº. 8.666/93.

**Estado de Santa Catarina**  
**Município de Catanduvras**

9.12. Realizar a despesa apenas se confirmado anteriormente a disponibilidade de dotação orçamentária para tal, com fulcro no caput do art. 60<sup>1</sup> da Lei 4.320/1964.

## **10. DO PAGAMENTO**

10.1. A Prefeitura Municipal de Catanduvras-SC reserva-se o direito de liberar a Nota Fiscal para pagamento, após o responsável pelo setor de recebimento – Secretaria de Infraestrutura aferir a quantidade, qualidade e adequação dos materiais entregues.

10.2. O Município de Catanduvras - SC efetuará o pagamento até o 12º dia do mês a contar da certificação de que o material/serviço foi aceito, mediante a apresentação de Nota Fiscal eletrônica contendo o n.º do CNPJ da empresa, n.º da conta bancária, nome do banco e da respectiva agência bancária, e conforme disponibilidade de recursos, observada a ordem cronológica dos pagamentos nos termos do art. 5º da Lei nº 8.666/93 e Instrução Normativa Municipal nº 01/2011.

10.3. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à contratada ou inadimplência contratual.

10.4. Qualquer erro ou omissão ocorridos na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

10.5. Apresentar certidão negativa de débitos trabalhistas – CNDT de modo a dar efetivo cumprimento às disposições constantes dos artigos 27, IV, 29, V, e 55, XIII, da Lei nº 8.666, de 1993, c/c os artigos 1º e 4º da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, para efeito de pagamento.

10.6. Serão efetuadas as retenções na Fonte dos impostos, conforme Legislação vigente.

10.7. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal/fatura, ou dos documentos exigidos como condição de pagamento por parte da Contratada, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do Contratante.

## **11. DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

11.1. O contrato terá validade de 12 meses a partir da homologação e poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela Administração a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

11.2. O presente Termo de Referência foi elaborado pela Secretaria de Infraestrutura com atribuições legais e regimentais, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis e com interesse e conveniência da Administração, e será submetido à aprovação do Ordenador de Despesa, e passa a integrar o processo administrativo formalizado, visando à instauração do certame na modalidade adequada.

## **12. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

12.1 O registro do fornecedor será cancelado quando o mesmo:

- a. Descumprir as condições da ata de registro de preços.
- b. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

---

<sup>1</sup> Art. 60. É vedada a realização de despesa sem prévio empenho. [...]. (BRASIL, 1964).

Estado de Santa Catarina  
**Município de Catanduvas**

- c. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.
- d. Sofrer sanção prevista nos inciso III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/93, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

**12.2** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nas alíneas “a”, “b” e “d” será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**12.3** O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

### **13. APROVAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE**

Considerando que as especificações atendem as necessidades da Prefeitura Municipal de Catanduvas-SC, aprovo o Termo de Referência.

Fiscais do Contrato : Denise A. Eberhardt - Engenheira Ambiental – CREA SC 148551-4 e Wolny Menegazzo



Estado de Santa Catarina  
**Município de Catanduvras**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0092/2017  
PREGÃO Nº 0073/2017  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0012/2017

ANEXO II

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_/2017

DOTADO DE EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO E PINTURA DE FAIXAS DE TRÂNSITO NAS VIAS E AQUISIÇÃO DE LIXEIRAS VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO.

No dia \_\_\_ do mês de \_\_\_ do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) MUNICIPIO DE CATANDUVAS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.414/0001-45, com sede administrativa localizada na Rua Felipe Schmidt, bairro Centro, CEP nº. 89670-000, nesta cidade de Catanduvras/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº. 195.397.549-68, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 0073/2017, Processo Licitatório nº. 0092/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando a contratação de empresa para fornecimento e implantação de placas de sinalização e pintura de faixas de trânsito nas vias e aquisição de lixeiras visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Infraestrutura do Município. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: 2.2472017(Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**Estado de Santa Catarina**  
**Município de Catanduvras**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando a:

Contratação de empresa para fornecimento e implantação de placas de sinalização e pintura de faixas de trânsito nas vias e aquisição de lixeiras visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Infraestrutura do Município. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço por Item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

**Fornecedor:**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

**Estado de Santa Catarina**  
**Município de Catanduvas**

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

### **CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

**Estado de Santa Catarina**  
**Município de Catanduvras**

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

**Estado de Santa Catarina**  
**Município de Catanduvras**

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Prestar os serviços nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Refazer os serviços recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos serviços já realizados, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

**Estado de Santa Catarina**  
**Município de Catanduvras**

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

**Estado de Santa Catarina**  
**Município de Catanduvas**

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder realizar os serviços solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega/execução dos materiais/serviços será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de para realização dos serviços será imediato ou conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, contados da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à prestação dos serviços correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à execução dos serviços, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, conforme normativa municipal, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.

**Estado de Santa Catarina**  
**Município de Catanduvras**

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

#### **CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos serviços registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;



**Estado de Santa Catarina**  
**Município de Catanduvras**

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**Estado de Santa Catarina**  
**Município de Catanduvras**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvras para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Catanduvras – SC, \_\_\_\_ de 2017.

**DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**Empresas Participantes:**

Estado de Santa Catarina  
**Município de Catanduvras**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0092/2017  
PREGÃO Nº 0073/2017  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0012/2017

ANEXO III

**MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO**

Razão Social:  
Endereço:  
Município/Estado:  
CNPJ:

Ao  
Município de Catanduvras – SC

Credenciamos o (a) Senhor (a) \_\_\_\_\_, portador (a) da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, a participar da licitação instaurada pelo Município de Catanduvras – SC, na modalidade PREGÃO Nº 0073/2017 na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa \_\_\_\_\_, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

(nome e assinatura do responsável legal)  
(número da carteira de identidade e órgão emissor)

Estado de Santa Catarina  
**Município de Catanduvras**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0092/2017  
PREGÃO Nº 0073/2017  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0012/2017

ANEXO IV

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE**

Razão Social:  
Endereço:  
Cidade/Estado:  
CNPJ:

**DECLARAÇÃO**

Ref.: **PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0073/2017**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.  
**Ressalva:** emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).  
(Observação: **em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima**).

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

(nome e assinatura do responsável legal)  
(número da carteira de identidade e órgão emissor)

Estado de Santa Catarina  
**Município de Catanduvas**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0092/2017  
PREGÃO Nº 0073/2017  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0012/2017

ANEXO V

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET

(enviar para o e-mail: [licitacao@catanduvas.sc.gov.br](mailto:licitacao@catanduvas.sc.gov.br))

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0092/2017  
PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0073/2017

Denominação:

CNPJ nº:

Endereço:

Cidade:

Estado:

Telefone:

Fax:

e-mail :

Obtivemos através do acesso a página [http:// www.catanduvas.sc.gov.br](http://www.catanduvas.sc.gov.br), nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Visando à comunicação futura entre esta Prefeitura Municipal e sua empresa, solicitamos a Vossa Senhoria preencher o recibo de retirada do Edital e remetê-lo ao setor de Licitações. Através do e-mail acima identificado, ou no endereço constante no preâmbulo do edital.

A não remessa do recibo exime o Município de Catanduvas – SC da comunicação, por meio de fax ou e-mail, de eventuais esclarecimentos e retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, não cabendo posteriormente qualquer reclamação.

Recomendamos, ainda, consultas à referida página para eventuais comunicações e ou esclarecimentos disponibilizados acerca do processo licitatório.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Estado de Santa Catarina  
**Município de Catanduvras**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0092/2017  
PREGÃO Nº 0073/2017  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0012/2017

ANEXO VI

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO  
INCISO VII DO ART. 4º DA LEI Nº 10.520/2002 (\*)**

(\*) Este documento deverá ser preenchido e anexado ao Envelope nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL (pelo lado externo).

Razão Social:  
Endereço:  
Município/Estado:  
CNPJ:

**DECLARAÇÃO**

Em atendimento ao inciso VII, do artigo 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, DECLARA que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no PREGÃO Nº 0073/2017, instaurado pelo Município de Catanduvras – SC.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

(nome e assinatura do responsável legal)  
(número da carteira de identidade e órgão emissor)